

A NONA DIMENSÃO DA COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO NA PRÁXIS E A ADVOCACY COALITION: ANÁLISE DE INICIATIVAS BRASILEIRAS DE GÊNERO

Carla Maria Martellote Viola, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT/UFRJ), <https://orcid.org/0000-0002-0895-8163>

Anna Cristina Brisola, Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM), <https://orcid.org/0000-0002-4349-128X>

RESUMO

A Competência Crítica em Informação é de suma importância nas instâncias da vida contemporânea que se defronta com mudanças tecnológicas e proliferação de recursos de informação. No campo da Ciência da Informação, os estudos sobre Competência Crítica em Informação vêm sendo desenvolvidos desde 2015 no Brasil. A construção em níveis, anteriormente realizada, foi trazida sob nova abordagem em dez dimensões por Anna Brisola, em sua tese de doutorado, em 2021. A nona dimensão, que trata de gênero, feminismos e sexualidade, possibilita a ampliação do debate sobre informação, competência, teorias críticas e gênero. Neste enquadramento, a pesquisa pretende, a partir dos fundamentos da Competência Crítica em Informação e com base na *Advocacy Coalition*, responder a seguinte questão: Quais são as principais Coalizões de Defesa, no Brasil, que visam dirimir as vulnerabilidades das mulheres e estimular o desenvolvimento da equidade de gênero? Alguma delas possui consonância com os objetivos da Competência Crítica em Informação e de sua nona dimensão? Para fins responsivos, o objetivo geral do estudo é verificar a existência de grupos políticos brasileiros organizados que visem o aprimoramento e ampliação do acesso à informação para o desenvolvimento e a proteção das mulheres, consonantes com a Competência Crítica em Informação e o conhecimento sobre seus direitos. A metodologia é de cunho bibliográfica e exploratória com interesse nas teorias da Competência Crítica em Informação e da *Advocacy Coalition*, com abordagem qualitativa que busca as interseções entre teorias e práxis com foco em ações de *advocacy* para divulgação de informação sobre mulheres, de acordo com a dimensão de gênero, feminismos e sexualidade, com desempenho do ativismo informacional. Os resultados apresentam várias iniciativas brasileiras representadas por grupos, redes, plataformas, institutos, associações e organizações que realizam advocacia pelas causas de equidade de gênero. Ao verificar as descrições das Coalizões de Defesa e se considerar as dimensões política, econômica e social com vista às preocupações da criticidade, percebe-se que, cada qual com suas especificidades, tem potencial para fomentar a Competência Crítica em Informação para as mulheres. Dentre elas algumas com ações que já se propõe a objetivos bem próximos aos da Competência Crítica em Informação. Conclui-se existir no Brasil um real movimento impulsionado pela *Advocacy Coalition* em prol dos avanços das políticas públicas que empoderem e defendam mulheres com significativo potencial para fomentar a Competência Crítica em Informação como estratégia de conhecimento e luta contra todas as formas de violência, racismo, diferenças e a não participação das mulheres na política.

Palavras-Chave: Competência Crítica em Informação; Gênero; Feminismos; Sexualidade; Advocacy Coalition.

LA NOVENA DIMENSIÓN DE ALFABETIZACIÓN INFORMACIONAL CRÍTICA EN LA PRAXIS Y LA ADVOCACY COALITION: ANÁLISIS DE LAS INICIATIVAS BRASILEÑAS DE GÉNERO

RESUMEN

La Alfabetización Informacional Crítica es de suma importancia en las instancias de la vida contemporánea que se enfrentan a cambios tecnológicos y proliferación de recursos de información. En el campo de las Ciencias de la Información, se vienen desarrollando estudios sobre Alfabetización Informacional Crítica desde 2015 en Brasil. La construcción en niveles, anteriormente realizada, fue replanteada bajo un nuevo enfoque en diez dimensiones por Anna Brisola, en su tesis doctoral, en 2021. La novena dimensión, que trata sobre género, feminismos y sexualidad, permite ampliar el debate sobre información, competencia, teorías críticas y género. En este contexto, la investigación pretende, a partir de los fundamentos de la Alfabetización Informacional Crítica y con base en la *Advocacy Coalition*, responder a la siguiente pregunta: ¿Cuáles son las principales Coaliciones de Defensa, en Brasil, que buscan resolver las vulnerabilidades de las mujeres y estimular el desarrollo de Equidad de género? ¿Alguna de ellas está alineada con los objetivos de la Competencia Crítica en Información y su novena dimensión? Para efectos de respuesta, el objetivo general del estudio es verificar la existencia de grupos políticos brasileños organizados que tengan como objetivo mejorar y ampliar el acceso a la información para el desarrollo y la protección de las mujeres, en línea con la Competencia Crítica Informacional y el conocimiento sobre sus derechos. La metodología es de carácter bibliográfico y exploratorio, con interés en las teorías de Alfabetización Informacional Crítica y *Advocacy Coalition*, con un enfoque cualitativo que busca las intersecciones entre teorías y praxis con foco en acciones de incidencia para la difusión de información sobre las mujeres, según la dimensión de género, feminismos y sexualidad, con el desempeño del activismo informativo. Los resultados presentan varias iniciativas brasileñas representadas por grupos, redes, plataformas, institutos, asociaciones y organizaciones que hacen incidencia por las causas de la equidad de género. Al revisar las descripciones de las Coaliciones de Defensa y considerar las dimensiones políticas, económicas y sociales con miras a las preocupaciones de la criticidad, cada una con sus especificidades, tiene el potencial de fomentar la Alfabetización Informacional Crítica para las mujeres. Entre ellas, algunas con acciones que ya se proponen a objetivos muy cercanos a los de la Alfabetización en Información Crítica. Se concluye que en Brasil existe un movimiento real impulsado por *Advocacy Coalition* a favor de avances en políticas públicas que empoderen y defiendan a las mujeres con potencial significativo para fomentar la Alfabetización Informacional Crítica como estrategia de conocimiento y lucha contra todas las formas de violencia, racismo, diferencias y la no participación de la mujer en la política.

Palabras-Clave: Alfabetización Informacional Crítica; Género; Feminismos; Sexualidad; *Advocacy Coalition*.

THE NINTH DIMENSION OF CRITICAL INFORMATION LITERACY IN PRAXIS AND THE ADVOCACY COALITION: ANALYSIS OF BRAZILIAN GENDER INITIATIVES

ABSTRACT

Critical Information Literacy is of paramount importance in the instances of contemporary life that are faced with technological changes and proliferation of information resources. In the field of Information Science, studies on Critical Information Literacy have been developed since 2015 in Brazil. The construction in levels, previously carried out, was brought under a new approach in ten dimensions by Anna Brisola, in her doctoral thesis, in 2021. The ninth dimension, which deals with gender, feminisms, and sexuality, allows the expansion of the debate on information, literacy, critical theories, and gender. In this context, the research intends, from the foundations of the Critical Information Literacy and based on the *Advocacy Coalition*, to answer the following question: What are the main Defense Coalitions, in Brazil, that aim to resolve the vulnerabilities of women and stimulate the development of equality of genre? Are any of them in line with the objectives of the Critical Information Literacy and its ninth dimension? For responsive purposes, the general objective of the study is to verify the

existence of organized Brazilian political groups aimed at improving and expanding access to information for the development and protection of women, in line with the Critical Information Literacy and knowledge about their rights. The methodology is bibliographic and exploratory, with an interest in the theories of the Critical Information Literacy and the Advocacy Coalition, with a qualitative approach that seeks the intersections between theories and praxis with a focus on advocacy actions for the dissemination of information about women, according to the gender feminisms and sexuality dimension, with the performance of informational activism. The results present several Brazilian initiatives represented by groups, networks, platforms, institutes, associations, and organizations that carry out advocacy for the causes of gender equity. When checking the descriptions of Defense Coalitions and considering the political, economic, and social dimensions with a view to the concerns of criticality, each one with its specificities, has the potential to foster Critical Information Literacy for women. Among them, some with actions that are already proposed for objectives awfully close to those of the Critical Information Literacy. It is concluded that in Brazil there is a real movement driven by the Advocacy Coalition in favor of advances in public policies that empower and defend women with significant potential to foster Critical Information Literacy as a knowledge strategy and fight against all forms of violence, racism, differences, and the non-participation of women in politics.

Keywords: Critical Information Literacy; Gender; Feminisms; Sexuality. Advocacy Coalition.

1 INTRODUÇÃO

A Competência Crítica em Informação (CCI) é cada vez mais importante no ambiente contemporâneo de rápida mudança tecnológica e proliferação de recursos de informação. Devido à crescente complexidade desse ambiente, os indivíduos se deparam com diversas e abundantes opções de informações – em seus estudos acadêmicos, no local de trabalho e em suas vidas pessoais. As informações estão disponíveis por meio de bibliotecas, recursos comunitários, organizações de interesse especial, mídia e Internet – e cada vez mais, as informações chegam aos indivíduos em formatos não filtrados, levantando questões sobre sua autenticidade, validade e confiabilidade.

Também vivemos uma crise informacional, desde a Pandemia de Covid-19, uma infodemia¹. Diante desse quadro que confunde informação e desinformação, se faz necessário estimular o pensamento crítico das pessoas ante a inundação de informações que chegam. Mais que isso, pensar na responsabilidade de órgãos públicos, profissionais da informação, educadores, ONGs e Coalizões de Defesa em relação a como

assinar, estimular e fomentar a Competência Crítica em Informação a partir de como são disponibilizadas suas próprias informações.

Além disso, a informação está disponível através de vários meios, incluindo gráficos, imagens, áudios e textuais, e estes representam novos desafios para a compreensão e avaliação por parte dos indivíduos. A qualidade incerta e a quantidade crescente de informações representam grandes desafios para a sociedade. A mera abundância de informações não criará por si só uma cidadania mais informada sem um conjunto complementar de habilidades necessárias para usar a informação de forma assertiva.

O termo Competência Crítica em Informação é a tradução livre da expressão em inglês *Critical Information Literacy*. A CCI apresenta uma proposta de análise crítica e questionadora a ser incorporada à Competência em Informação. O aprofundamento teórico no Brasil, desde 2015, no campo da Ciência da Informação, sublinha, epistemologicamente, as Teorias Críticas além da Pedagogia Crítica, visando a avaliação crítica, a autonomia informacional, a emancipação social e o

compromisso prático de acesso, disseminação e uso da informação.

Brisola (2021) entende a CCI como o conjunto de habilidades construídas ao longo da vida, em aprendizado constante, mas que sublinha e afirma a importância do aporte crítico epistemológico advindo da Teoria Crítica, conforme a formulação de Horkheimer (1980) e da Pedagogia Crítica desenvolvida por Paulo Freire. Tal criticidade pode ser entendida como o elemento que diferencia o que é simplesmente disponibilizado, técnico ou ensinado (formal ou informalmente pelos dispositivos técnicos ou aparatos de poder) daquilo que é criticamente apreendido e utilizado pelo indivíduo, emancipando-o, e contribuindo para seu ser no mundo, sua consciência e, portanto, o exercício de sua cidadania, na práxis.

De tal forma que a CCI é por um lado a formação da consciência das forças que, historicamente, atravessam o mundo e a informação, e por outro, o esforço emancipatório de uma educação libertadora, nos moldes da Pedagogia Crítica de Paulo Freire, uma educação que se propõe ser mecanismo de mudança social, conseqüentemente, propondo liberdade ao oprimido e ao opressor, propiciando a passagem do pensamento ingênuo para o pensamento epistemológico, forjando o pensamento crítico, a consciência crítica e o comportamento crítico (Brisola, 2021). Trata-se de uma manifestação explícita de uma linha epistemológica crítica e não apenas da ideia de ser crítico à informação no sentido de avaliá-la e refletir sobre ela. É uma forma de olhar o todo que perpassa a informação e o usuário, segundo sua raiz epistemológica.

Ao longo desses anos, ocorreram grandes avanços sobre o tema Competência Crítica em Informação. Destacamos aqui a divisão em 7 (sete) níveis, realizada por Schneider (2019) e a reorganização feita por Brisola (2021) em 10 (dez) dimensões.

O conceito, aspectos e abordagens de CCI, adequados e adaptados ao Brasil, estão em desenvolvimento, contudo, em expansão. Sendo assim, fomentar a práxis da apreensão crítica da informação nas questões de gênero, pensando na dimensão da CCI, justifica essa discussão e é pertinente pelas agendas pautadas diante do aumento da violência contra a mulher no Brasil. Violência evidenciada no site gov.br, Ministério da Mulher, da Família e dos direitos humanos que no primeiro semestre de 2022, na central de atendimento registrou 31.398 denúncias e 169.676 violações envolvendo violência doméstica contra as mulheres (Brasil, 2022).

Sob a ótica da implementação das ações brasileiras, encontra-se a *Advocacy Coalition Framework* (ACF), modelo de análise de políticas públicas e atores políticos (Sabatier, 1988; Jenkins-Smith, 1988). Neste contexto, a pesquisa pretende, a partir dos fundamentos da CCI e com base na *Advocacy Coalition*, responder a seguinte questão: Quais são as principais Coalizões de Defesa, no Brasil, que visam dirimir as vulnerabilidades das mulheres e estimular o desenvolvimento da equidade de gênero? E, alguma delas possui consonância com os objetivos da CCI e de sua nona dimensão?

Para fins responsivos, o objetivo geral do estudo é verificar a existência de grupos políticos brasileiros organizados que visem o aprimoramento e ampliação do acesso à informação para o desenvolvimento e a proteção das mulheres, consonantes com os objetivos da CCI e o conhecimento sobre seus direitos.

Justifica-se a pesquisa pela necessidade de se dar visibilidade e conhecer grupos, redes, plataformas, institutos, associações e organizações que estrategicamente divulguem informações e ações em prol das mulheres a partir da *Advocacy Coalition* que fomentem a CCI, ainda que sem proclamar ou ter consciência desta atuação.

A partir de tais conjecturas, segue-se com os postulados sobre a Competência Crítica em Informação e a *Advocacy Coalition*.

2 A COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO

Existe uma imbricada relação entre pessoas e informação. Por isto a CCI está sempre atenta a um pensamento crítico que considere as relações entre o indivíduo, a informação e os saberes, consciente de que a tríade é atravessada por questões históricas, sociais, de poder, políticas, econômicas e culturais. Mais que isso, a CCI intenta provocar um pensamento crítico a respeito dessas relações na intenção emancipatória do ser, a fim de suscitar uma consciência social e de humanidade, um senso de coletividade e uma responsabilidade social, que promovam a cidadania e, conseqüentemente, a democracia (Brisola, 2021).

No entendimento da CCI, na perspectiva deste estudo, e para que de fato aconteça o uso cidadão da informação, é preciso fazê-lo de maneira crítica nos termos da Teoria Crítica (1980) e da Pedagogia Crítica de Paulo Freire (1996). Essa maneira crítica busca, através de uma educação dialógica, a emancipação do sujeito que, se reconhecendo, fazendo e sendo no mundo, se apodera de sua cidadania e a exerce. O que é pertinente quando se pensa no uso das informações por grupos formadores de opinião e ativistas em prol da sociedade.

Se a intenção é a promoção da cidadania, é imprescindível o estímulo do aprendizado, fomento e aprimoramento da CCI das(os) cidadãs(ãos), a médio e longo prazos, para uma participação social consciente e com criticidade. Assim, é possível às(aos) cidadãs(ãos) ter a capacidade de optar, decidir e atuar politicamente. Para isso, a promoção da transparência e do acesso às informações e dados precisa considerar o conhecimento e a interpretação do cidadão.

Isso quer dizer que não basta apenas disponibilizar informações e criar políticas informacionais, é preciso avaliar também a forma como a informação é disponibilizada, a possibilidade de acesso e, inclusive, quais os mecanismos existentes para aprimoramento da CCI nos cidadãos, para promoção também da participação política efetiva.

De acordo com Viola (2018), a CCI que possibilita analisar a informação recebida ou emanada, requer necessariamente adaptação contínua do indivíduo às tecnologias emergentes, propiciando seu engajamento como produtor, colaborador e distribuidor de ações positivas que possibilitem a compreensão e a reflexão necessária para atuar nas ambiências pública e privada e no mercado de trabalho.

No XVIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), que é o principal evento de pesquisa e de pós-graduação da área de Ciência da Informação, no Brasil, Brisola, Schneider & Silva (2017) apresentaram 5 (cinco) níveis da CCI. Posteriormente esses mesmos níveis foram ampliados em outros estudos para 7 (sete) por Schneider (2019), para 8 (oito) por Bastos (2020) e para 10 (dez) por Brisola (2021), em sua tese de doutorado

Sob inspiração da tese de Brisola (2021, p. 9), compreendemos que a “CCI é por um lado a formação da consciência das forças que, historicamente, atravessam o mundo e a informação, e, por outro, o esforço emancipatório de uma educação libertadora”. Portanto sustenta-se a concepção dos 8 (oito) níveis da CCI, posteriormente remodelada para 10 (dez) dimensões da CCI, por Brisola (2021).

Neste estudo, a CCI não mais se apresenta particionada em níveis, e sim em

dimensões. O termo dimensão estava de acordo com a pretensão de Brisola (2021) em demonstrar as várias grandezas de uma imensa potência que é a CCI e não uma relação hierárquica entre níveis. As dimensões atendem a seguinte ordem: (1a) Concentração ou suspensão da cotidianidade; (2a) Competência instrumental; (3a) Reflexão sobre as necessidades/gostos informacionais; (4a) Atitude questionadora diante da informação em si/relevância; (5a) Atitude questionadora diante das fontes de informação/credibilidade; (6a) Estudo da ética em informação na acepção profunda do termo; (7a) Conhecimento das teorias sociais críticas e das teorias críticas da informação; (8a) Política de engajamento; **(9a) Gênero, feminismos, sexualidade** e (10a) Relações étnico-raciais (Brisola, 2021, grifo nosso).

Os níveis assinalados pelos autores anteriores, refletem estudos importantes sobre CCI, mas Brisola, em 2021, trouxe uma nova abordagem para o debate com a ideia das dimensões, incluindo mais duas. Especificamente, na nona dimensão que abarca gênero, feminismos e sexualidade, Brisola (2021) traz um debate profícuo sobre teorias críticas, teorias críticas feministas e questões de gênero e sexualidade na sua tese de doutoramento.

Todas as dimensões estão submetidas e interligadas às questões sociais, históricas, políticas, econômicas e culturais. Contudo, a questão de gênero, feminismos e sexualidades, não salta aos olhos a ser tratada apenas como mais uma questão de classe, ou parte da Teoria Crítica como um todo. Ela possui particularidades próprias que se complexifica a cada camada de opressão, assim como na dimensão de raça e etnias.

Como sublinhou Horkheimer (1985) a fundação da democracia não livrou as mulheres das opressões que sofriam. Os mananciais filosóficos platônicos e aristotélicos traziam em si a igualdade dos cidadãos plenos e a inferioridade das mulheres, das crianças e dos escravos. Ainda assim, o fundador da Teoria

Crítica e diretor da Escola de Comunicação de Frankfurt, não deu destaque às mulheres em sua primeira geração, mesmo o instituto contando com a presença de mulheres como Olga Lang, Käthe Leichter, Monika Pressle e Gretel Adorno, que colaborou com alguns escritos do marido. Esse padrão se repete muitas vezes na história e em diversas áreas e assuntos.

Como anuncia Paulo Freire (1997) não se pode dizer que este é um problema menor porque na verdade, é o maior problema. O autor entende que a discriminação da mulher expressada e feita pelo discurso machista e encarnada em práticas concretas é uma forma colonial de tratá-la, incompatível, portanto, com qualquer posição progressista, de mulher ou de homem, pouco importa.

Desta feita, não poderiam os estudos de CCI estarem cegos para as questões de feminismos, gênero e sexualidade. Precisam sim, estarem atentos e voltados a mudar a maldade do mundo, lutando contra as opressões.

De acordo com Melo (2019), a CCI é um meio de fomentar a emancipação das mulheres e seu empoderamento, reforçando e valorizando sua identidade, proporcionando conhecimento em saúde reprodutiva e direito sexual/reprodutivo, e de capacitar liderança de grupos de mulheres, ampliando e fortalecendo a atuação política destes grupos para que lutem por suas demandas. Assim as mulheres conseguirão participar ativamente como cidadãos e não como pessoas a serviço de um sistema patriarcal.

Melo (2019, p. 76), através da análise temática de conteúdo consegue “entender a construção da Competência Crítica em Informação por parte dessas mulheres e observar sua utilização nos processos diários de enfrentamento das relações de poder”. A autora destaca pontos de convergência com o fomento à CCI presentes nos discursos das mulheres entrevistadas. São eles: (1) aprendizado ao longo da vida, subdividido em

questionamento das necessidades informacionais, uso de espaços informacionais alternativos e senso crítico informacional, e (2) contribuições para o enfrentamento diário, subdividido em fortalecimento mútuo e uso da informação construída.

A autora segue seu pensamento crítico explicando que “a Competência Crítica em Informação, por sua vez, tem a ver com o posicionamento do sujeito frente a informação que lhe é imposta, portanto, diz respeito aos enfrentamentos diários desses sujeitos, podendo ser vista, então, como uma postura contra ideologias” (Melo, 2019, p. 95).

Para Costa, Alves & Silva (2018, p. 410) “uma Competência Crítica em Informação permite que as mulheres selecionem e identifiquem informações específicas e relevantes, que podem proporcionar a compreensão de inúmeros aspectos que envolvem sua percepção enquanto mulher e seu lugar na sociedade na qual se insere”. Isto demonstra a importância destas coalizões despertarem para o estímulo à CCI para que as mulheres possam, de fato, usufruir das informações que disponibilizam.

Assim, a Competência Crítica em Informação se apresenta como fator fundamental de luta e não como mera ferramenta. Esse fator-chave de resistência contribui para a evolução e o desenvolvimento humano das mulheres. A ferramenta aponta o caminho, mas são os elementos fundacionais teóricos-críticos da CCI e das questões de gênero, feminismos e sexualidade que

permitem o debate contundente contra todo o montante situacional que aflige a vida das mulheres.

É através da CCI que as mulheres questionam as relações de poder, se empoderam nos seus lugares de sujeitas e não de subalternas, através do pensamento, conhecimento e comportamento críticos, se colocando em posição de luta e resistência, a partir da criticidade e da informação. Quantas mulheres, hoje, no mundo, ocupam cargos de liderança, jurídicos e políticos? A simples falta de acesso a informações de gênero alija as mulheres desta possibilidade de representatividade. A minoria que é formada pela maioria da população brasileira não tem espaço igual nas decisões. O balanço da coleta do CENSO 2022, já aponta que 52% da população é mulher.

Avulta-se a importância de espaços informacionais alternativos como terrenos caros de construção, fomento e de notabilidade da CCI para o empoderamento, fortalecimento e embasamento dos argumentos sobre Gênero, feminismos e sexualidade, bem como, para a emancipação e transformação social que diluam as naturalizações e culturas que oprimem as mulheres. Empoderamento que traga consciência crítica suficiente para ocuparem seu lugar no mundo.

Dá-se seguimento aos estudos epistemológicos sobre a CCI com a teoria da *Advocacy Coalition*, que possibilita uma análise da práxis da nona dimensão da CCI e seu uso por grupos organizados.

3 ADVOCACY COALITION

O *Advocacy Coalition Framework* (ACF) surgiu no início dos anos 1980 nos trabalhos de Paul Sabatier (1988) e Hank Jenkins-Smith (1988). É um modelo de análise de políticas públicas que tinha por interesse entender como ocorriam as mudanças nas políticas públicas e como elas orientam a aprendizagem dos atores envolvidos nos subsistemas de políticas durante

os processos de implementação. A estrutura de análise assegura que o desacordo sobre as crenças centrais da política divide as organizações e os atores em coalizões concorrentes.

Conhecida como “Coalizão de Defesa” é composta por atores que estão unidos por crenças centrais e procuram traduzir essas

crenças em políticas públicas. Esses atores coordenam estrategicamente suas ações para influenciar o processo político. Ao formar alianças baseadas em crenças, podem se tornar concorrentes combativos em políticas públicas (Sabatier & Jenkins-Smith, 1993; Jenkins-Smith, Nohrstedt, Weible & Ingold, 2014).

As Coalizões de Defesa podem incluir grupos de interesse, membros da mídia, cientistas, acadêmicos, funcionários do governo e legisladores que compartilham crenças sobre uma questão pública e coordenam seu comportamento. O engajamento dos atores ocorre por várias estratégias, e recursos são usados para influenciar a mudança ou a estagnação de políticas. Como parte desse processo, os membros da Coalizão de Defesa podem aprender dentro e/ou entre as coalizões (Sabatier & Weible, 2007).

Sabatier (1988) desenvolveu sua pesquisa na estrutura conceitual dos sistemas de crenças das Colisões de Defesa dentro dos subsistemas de políticas como veículo crítico para entender o papel da análise de políticas na aprendizagem orientada para as políticas e o efeito, por sua vez, dessa aprendizagem nas mudanças dos programas governamentais. Assim, nas percepções da adequação das decisões governamentais e/ou dos impactos resultantes, bem como, nas novas informações decorrentes de processos de busca e dinâmicas externas, cada coalizão de defesa pode revisar suas crenças e/ou alterar sua estratégia.

Os subsistemas políticos reúnem uma diversidade de atores que interagem em determinado campo da política e com os sistemas social, econômico, legal e institucional para atualizar informações e produzir novos conhecimentos (Capella & Brasil, 2015).

Assim sendo, as diversas coalizões que se formam dentro de um subsistema político podem influenciar em sua mudança. Neste ponto, a fim de que não reste dúvidas, a coalizão de defesa deve ser entendida como um grupo diverso de pessoas de posições distintas no subsistema político, que compartilham um

sistema de crenças específico e que mostram um grau não trivial de coordenação ao longo do tempo (Fenger & Klok, 2001).

Por sua vez, Jenkins-Smith (1988), seguiu sua averiguação com foco no analista de políticas, um dos principais agentes de mudança dentro das organizações federais, e aplicou em um conjunto de estudos de casos na prática. A estrutura da Colisões de Defesa sustenta que os analistas se especializam em uma ou mais áreas políticas complexas e passam a integrar os subsistemas de políticas relevantes compostos por aqueles atores que desempenham papéis importantes na identificação de problemas, no desenvolvimento, disseminação e avaliação de opções políticas e na implementação das políticas. Os analistas são formalmente encarregados de criticar as políticas existentes e as organizações.

Tanto Sabatier (1988), como Jenkins-Smith (1988), procurou fornecer alternativas para a compreensão do processo político como um ciclo político vulnerável a mudanças.

Para este estudo, no campo da Ciência da Informação, importa a conclusão de Sabatier (1988), para quem o papel da **informação técnica** tem grande relevância na aprendizagem orientada para a política e, portanto, nas mudanças da política ao longo dos tempos (grifo das autoras).

Com base nas informações técnicas decorrentes dos processos de busca e dinâmicas externas, cada Coalizão de Defesa pode revisar suas crenças e/ou alterar sua estratégia. Dependendo das demandas que as informações técnicas envolverem, escolhe-se o tipo de revisão: (1) grandes revisões institucionais em nível de escolha coletiva, (2) revisões menores em nível operacional, ou (3) sair do subsistema em busca de mudanças na coligação eleitoral dominante no nível sistemático (Sabatier, 1988).

Para Sabatier (1988) a mudança das políticas nas sociedades industriais modernas acontece em um subsistema de políticas, ou seja, aqueles atores de uma variedade de

organizações públicas e privadas que estão ativamente preocupados com um problema ou uma questão de política e não em uma instituição governamental específica. O cientista político explica, inspirado em estudos anteriores de outros autores, que as mudanças políticas não podem estar limitadas às agências administrativas, aos comitês legislativos e aos grupos de interesse em um único nível de governo, mas sim para incluir atores em vários níveis de governo ativos na formulação e implementação de políticas públicas, como jornalistas, pesquisadores e analistas de políticas que desempenham papéis importantes na geração, disseminação e avaliação das informações técnicas que perpassam as ideias e ideais da política. Esses grupos são consolidados por crenças e informações técnicas que fazem parte da Coalizão de Defesa.

No argumento utilizado por Sabatier (1988), apreende-se que a informação técnica enquanto aprendizagem orientada para a política é um aspecto importante da mudança de política e muitas vezes pode alterar aspectos secundários do sistema de crenças de uma coalizão e no concernente às mudanças nos aspectos centrais de uma política são geralmente o resultado de perturbações em fatores cognitivos externos ao subsistema, como informações técnicas em novas condições macroeconômicas ou o surgimento de uma nova coalizão de governo sistêmica com orientação técnico-informativa diferenciada.

Com intenção de analogias e futuros avanços, percebe-se que na análise da mudança de política, com vista a Coalizão de Defesa, os fatores externos estáveis devem ser diferenciados dos mais dinâmicos, ou seja, os parâmetros relativamente estáveis (ao longo de

várias décadas) são distintos daqueles aspectos do sistema que são suscetíveis a flutuações significativas ao longo de alguns anos. Portanto, servem como principais estímulos à mudança de política (Sabatier, 1988) e, conseqüentemente, da informação técnica que permeia a Coalizão de Defesa com influência na política pública objetivada. Dessa forma, tem-se o processo de construção das informações técnicas estáveis em oposição as mais dinâmicas que integram os subsistemas de Coalizão de Defesa. Sob esta perspectiva, ter uma Coalizão que investe na CCI de seu público-alvo, torna-se uma coalizão com mais potência e mais apoio para pressionar as mudanças políticas.

Uma 'situação de ação' é um conceito analítico que permite isolar a estrutura imediata que afeta um processo de interesse com o propósito de explicar regularidades nas ações e resultados humanos e potencialmente reformá-los. Variáveis usadas para descrever a estrutura de uma situação de ação são informações técnicas disponíveis aos participantes sobre a estrutura da situação de ação e a forma como os atores adquirem, processam, retêm e usam contingências de conhecimento (Sabatier, 2007).

Ao se considerar a informação técnica que integra uma ação de Coalizão de Defesa, os participantes valorizam quais recursos e crenças eles têm; quais são suas capacidades de processamento de informações; e quais mecanismos internos eles usam para decidir sobre as estratégias informacionais (Sabatier, 2007).

Dessa forma, segue-se para ponderações sobre os métodos utilizados.

4 MÉTODOS

Adota-se como metodologia a natureza descritiva-exploratória. Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa é bibliográfica, por expor reflexões teóricas sobre Competência Crítica em Informação no tocante

à gênero, feminismos e sexualidade e *Advocacy Coalition*.

A pesquisa bibliográfica possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras

publicações, auxiliando também a construção, ou a melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto (Gil, 1994).

Como orienta Salvador (1986), foram realizadas leituras sucessivas do material para obter as informações e os dados necessários em cada momento da pesquisa. Inicialmente se fez a leitura de reconhecimento do material bibliográfico e, na sequência, leitura exploratória, leitura seletiva e leitura reflexiva ou crítica.

Posteriormente, realizou-se a classificação a partir da aproximação do material bibliográfico de acordo com o seu conteúdo, permitindo congrega as publicações em 'grupos temáticos' para análise dos dados no momento da síntese integradora, que consiste na fase de reflexão e de proposição de soluções, baseada no material de estudo que compôs a pesquisa (Salvador, 1986).

Quanto à abordagem, o estudo é qualitativo que busca as interseções entre teorias e práxis com foco em ações de *Advocacy Coalition* para divulgação de informação técnica sobre mulheres, de acordo com a nona dimensão de gênero, feminismos e sexualidade, com desempenho do ativismo informacional.

A abordagem qualitativa, na interpretação de Minayo (2001), trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações,

crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Primeiramente, trata-se de aspectos sobre a Competência Crítica em Informação em sua nona dimensão, gênero, feminismos e sexualidade. Em um segundo momento evidencia-se a importância da informação técnica para a efetivação da *Advocacy Coalition* para finalmente fazer uma pesquisa na web e nas redes sociais em busca de grupos, redes, plataformas, institutos, associações e organizações que realizam ações de advocacia em favor das mulheres brasileiras.

No levantamento realizado na web e redes sociais, optou-se pela escolha de grupos, redes, plataformas, institutos, associações e organizações que apresentem sites formalizados e estruturados e demonstrem suas ações em prol das mulheres.

Atenta-se para os fundamentos da Ciência da Informação (CI) aplicados neste estudo, um campo voltado “[...] para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação” (Saracevic, 1996, p. 47).

5 RESULTADOS

As Coalizões de Defesa da sociedade civil relacionadas se organizam formalmente para ação e engajamento em uma causa. Lutam para a resolução de um problema, pela defesa dos direitos das mulheres e para exercer pressão sobre as políticas públicas brasileiras.

No levantamento realizado, encontra-se vários grupos, redes, plataformas, institutos, associações e organizações que realizam *advocacy* pelas causas da equidade de gênero (Quadro 1).

Quadro 1: Coalizões de Gênero brasileira

Coalizão (Link)	Descrição
CFEMEA (https://www.cfemea.org.br/)	Organização não governamental feminista e antirracista, de caráter público e sem fins lucrativos -- foi fundada em Brasília, em julho de 1989, por um grupo de mulheres feministas, que assumiram a luta pela regulamentação de novos direitos conquistados na Constituição Federal de 1988.
POLITIZAR	

Coalzião (Link)	Descrição	Coalzião (Link)	Descrição
(https://politizar.ufg.br/p/38521-advocacy-mulher)	Grupo que prioriza valores como a educação cívica e política inclusiva, trazendo conteúdos para que a sociedade em geral conheça mais sobre a realidade das mulheres em situação de vulnerabilidade inspirada no Dia Laranja da ONU, assim como de povos indígenas e quilombolas.	m.br/instituto-azmina/)	
GRUPO MULHERES DO BRASIL (https://www.grupo-mulheres-dobrasil.org.br/)	Rede política e apartidária, com milhares de mulheres em núcleos espalhados no Brasil e no exterior. Compõem um grupo heterogêneo, de diversas classes sociais e profissões, com os mesmos objetivos em comum: Estimular o protagonismo feminino, fazer parcerias e elaborar planos de ação.	INSTITUTO JUSTIÇA DE SAIA (https://www.justicadesaia.com.br/)	Instituto voltado ao empoderamento feminino, prevenção e combate à violência contra a mulher.
CEPIA (https://cepia.org.br/area-cepia/)	Organização não governamental, sem fins lucrativos, voltada para a execução de projetos que contribuam para a ampliação e efetivação dos direitos humanos e o fortalecimento da cidadania dos grupos que, na história de nosso país, vêm sendo tradicionalmente excluídos de seu exercício, como as mulheres em sua diversidade.	INSTITUTO O VAMOS JUNTAS (https://institutovamosjuntas.org/)	Instituto suprapartidário e de alcance nacional que luta pela igualdade de gênero na política, impulsionando candidaturas femininas e mobilizando a sociedade civil para aumentar a presença de mulheres em espaços de poder.
GÊNERO E NÚMERO (https://www.generonumero.media/)	Associação que produz e distribui jornalismo e informação orientados por dados e análises sobre questões urgentes de gênero e raça, visando qualificar debates rumo à equidade. A partir de linguagem gráfica, conteúdo audiovisual, pesquisas, relatórios e reportagens multimídia alcançamos e informamos uma audiência interessada no assunto.	INSTITUTO O MARIELLE FRANCO (https://www.institutomariellefranco.org/)	Instituto que tem a missão de inspirar, conectar e potencializar milhares de jovens, negras, LGBTQIA+ e periféricas a seguirem movendo as estruturas da sociedade.
ELAS NO CONGRESSO (https://www.elasnocongresso.com.br/)	Associação que mede como cada deputada (o) e senadora (o) tem atuado em leis importantes para os direitos das mulheres no Brasil. Quanto mais favorável para as mulheres forem os projetos propostos pelo parlamentar, maior sua nota e sua posição no ranking para conhecimento de quem são os aliados das mulheres no Congresso Nacional.	MULHERES NEGRAS DECIDEM (https://mulheresnegrasdecidem.org/)	Grupo que qualifica e promove a agenda liderada por mulheres negras na política institucional, fortalecendo a democracia brasileira usando como estratégia a superação da falta de representatividade de mulheres negras nas instâncias de poder. Atua por meio de formação política, reposicionamento de temas na agenda pública e pesquisas centradas em dados.
INSTITUTO AZMINA (https://azmina.co)	Instituto que usa a informação, a tecnologia e a educação para combater a violência de gênero.	TEMIS – Gênero, Justiça e Direitos Humanos (https://themis.org.br/)	Associação Civil com sede em Porto Alegre que tem como objetivo enfrentar a discriminação contra mulheres no sistema de justiça. Sua missão é ampliar as condições de acesso à justiça.
		GELEDÉS Instituto da Mulher Negra (https://www.geledes.org.br/)	Organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e negros por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigentes na sociedade brasileira.

Coalizão (Link)	Descrição
ELAS NO PODER (https://elasnopoder.org/)	Organização não governamental que torna as campanhas femininas mais competitivas e preparadas, quebrando barreiras que impediam as mulheres de chegarem ao poder.
IM-PULSA (https://www.impulsa.voto)	Plataforma aberta e gratuita para inspirar, treinar e conectar mulheres, auxiliando-as a superar desafios políticos e produzir campanhas vencedoras. Oferece formação política para mulheres por meio de produtos práticos com linguagem acessível e afetiva. A IM-PULSA é feita por e para mulheres.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Ao verificar as descrições das Coalizões de Defesa e se considerar as dimensões política, econômica e social com vista às preocupações da criticidade, percebe-se que cada qual, com suas especificidades, tem potencialmente fomentado a nona dimensão da Competência Crítica em Informação para mulheres aventada por Anna Brisola (2021).

Destaca-se do quadro o grupo POLITIZAR por priorizar valores como a educação cívica e política inclusiva, trazendo conteúdos para que a sociedade em geral conheça mais sobre a vulnerabilidade das mulheres.

Aferimos nas demais propostas das coalizões indícios de potenciais espaços de estímulo à CCI. A organização CFEMEA produz material informativo e encontros para mulheres e mulheres ativistas. O GRUPO MULHERES DO BRASIL conecta e coloca em diálogo milhares de mulheres com perfis diversos. A organização CEPIA visa a execução de projetos para

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do pensamento crítico, do desenvolvimento da percepção de gênero, feminismos e sexualidade da nona dimensão da Competência Crítica em Informação, a relação com a informação se transforma,

fortalecimento da cidadania. A associação GÊNERO E NÚMERO busca qualificar debates rumo à equidade usando recursos multimídia. A organização ELAS NO CONGRESSO faz um ranking das e dos parlamentares aliados das mulheres no Congresso. O Instituto AZMINA usa a informação, a tecnologia e a educação para combater a violência de gênero. O Instituto JUSTIÇA DE SAIA busca o empoderamento das mulheres contra a violência. E o instituto VAMOS JUNTAS mobiliza a população para aumentar a presença de mulheres em espaços de poder.

Soma-se a estes o Instituto MARIELLE FRANCO que tem utilizado vários meios e espaços para inspirar, potencializar e conectar mulheres. O grupo MULHERES NEGRAS DECIDEM investe na formação política de mulheres. A associação TEMIS propõe-se a ampliar o acesso à justiça. A organização GELEDÉS utiliza suas mídias e espaços para ações afirmativas e educação sobre mulher e negritude. A organização ELAS NO PODER busca mais competitividade nas campanhas de mulheres. E a plataforma IM-PULSA, oferece formação política em linguagem acessível e afetiva.

Estas iniciativas são espaços nos quais a CCI pode e deve ser fomentada, utilizando suas técnicas e de maneira consciente a fim de alavancar seus objetivos e a consciência das mulheres, seu público-alvo.

Fato que não pode ser ignorado é a necessidade de se ampliar a CCI no que tange ao acesso à justiça para as mulheres, principalmente as vítimas de violência em suas diversas formas.

transformando também as atitudes e as demandas por mais informação e desenvolvimento humano. Assim, as mulheres vitimadas pela opressão (ou pelo acúmulo delas) têm através do aprimoramento da

Competência Crítica em Informação, a consciência crítica e o reconhecimento do seu lugar no mundo, promovendo o empoderamento de seus grupos e fortalecendo suas lutas.

A *Advocacy Coalition* praticada pelas iniciativas analisadas promovem a Competência Crítica em Informação, além de coordenar estrategicamente ações para influenciar o processo político e formar alianças para elaboração de políticas públicas.

Portanto, as Coalizões de Defesa descritas nos grupos, redes, plataformas, institutos, associações e organizações participam ativamente com informações técnicas relevantes atualizadas que influenciam eficazmente em medidas governamentais fomentando a nona dimensão da Competência Crítica em Informação com ações que despertam a criticidade da informação nas questões de gênero, feminismo e sexualidade. Ainda que, aparentemente, sem o conhecimento da didática da Competência Crítica em Informação ou a tendo como um de seus objetivos.

Dessarte, o sistema de crenças predominante politicamente – ou seja, o que tem não só agência, mas também dominação – passou a ser o poder dos conservadores, o que dificulta a disputa política para os setores progressistas como a Coalizão de Defesa em favor das questões de gênero, feminismos e sexualidade. Este quadro alija e apaga ainda mais as mulheres e suas demandas.

Apesar de haver um interesse organizado das Coalizões de Defesa relacionadas em lutas pelas pautas de gênero, feminismos e sexualidade, ainda há muito a avançar e os caminhos, nos últimos anos no Brasil, se tornaram mais difíceis, em face de um macrossistema político, em nível federal, cujos atores participam, majoritariamente, dificultando as pautas de minorias sociais, principalmente as pautas das mulheres. Houve um retrocesso nas vitórias e uma anuência para que os machistas se impusessem, até mesmo de maneira violenta.

Apesar dessa realidade brasileira atual, verifica-se a existência de um movimento efetivo que é impulsionado pela *Advocacy Coalition* em prol dos avanços das políticas públicas que empoderem e defendam mulheres com significativo potencial para fomentar a Competência Crítica em Informação como estratégia de conhecimento e luta contra todas as formas de violência, racismo, diferenças e a não participação das mulheres na política.

Este artigo, de forma alguma, pretende esgotar as ilações decorrentes das questões abordadas, mas, sim, apresentar uma contribuição para se pensar a Competência Crítica em Informação e a Coalizão de Defesa com vista à informação técnica como instrumentos-chave para alavancar o conhecimento sobre as questões de gênero e feminismos, fortalecendo mulheres, mas também criando consciência crítica e autonomia para os LGBTQI+, negros, indígenas, quilombolas e todas as minorias oprimidas e excluídas do exercício de sua cidadania.

REFERÊNCIAS

- Bastos, P. N. (2020). Dialética do engajamento: uma contribuição crítica ao conceito. *Matrizes*, 14(1). <https://bit.ly/3xoMg7B>.
- Brasil (2022). Brasil tem mais de 31 mil denúncias de violência doméstica ou familiar contra as mulheres até julho de 2022. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Gov.com. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/eleicoes-2022-periodo-eleitoral/brasil-tem-mais-de-31-mil-denuncias-violencia-contra-as-mulheres-no-contexto-de-violencia-domestica-ou-familiar>

- Brisola, A. C. (2021). Competência Crítica em Informação como resistência à sociedade da desinformação sob um olhar freiriano: diagnósticos, epistemologia e caminhos ante as distopias informacionais contemporâneas. (Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia).
https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/1165/1/BRIOLA_ANNA_TESE_A%20CCI%20como%20Resist%c3%aaancia.pdf.
- Brisola, A. C., Schneider, M. A. F. & Silva, J. F. (2017, outubro 23-27). Competência crítica em informação, ética intercultural da informação e cidadania global na era digital: fundamentos e complementaridades. ENANCIB 2017, Marília, SP, Brasil.
http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/viewFile/417/805.
- Capella, A. C. N. & Brasil, F. G. (2015, jan./abr.). Análise de Políticas Públicas: uma revisão de literatura sobre o papel dos subsistemas, comunidades e redes. *Novos estudos – CEBRAP*, n. 101.
<https://www.scielo.br/j/nec/a/sbMLWs45nJHbxvVnqBHn6Dq/?lang=pt>.
- Costa, F. C. da S., Alves, D. & Silva, L. F. (2018). Competência crítica em informação e empoderamento de mulheres: revisando e entrelaçando conceitos. In: Silva, F. C. G. & Romeiro, N. L. (Org.). *O protagonismo da mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação*. Florianópolis: ACB. (p. 397-418).
- Fenger, M. & Klok, P. (2001). Interdependency, beliefs and coalition behavior: A contribution to the advocacy coalition framework. *Policy Sciences*, 34, pp.157-170.
<https://www.jstor.org/stable/4532529>.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, P. (1997). *Pedagogia da esperança*. São Paulo: Paz e Terra.
- Gil, A. C. (1994). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Jenkins-Smith, H. C. (1988). Analytical debates and policy learning: analysis and change in the federal bureaucracy. *Policy Sciences*, 21(2-3), pp.169-211.
- Jenkins-Smith, H. C., Nohrstedt, D., Weible, C. M. & Ingold, K. (2014). The advocacy coalition framework: Foundations, evolution, and ongoing research. In: Sabatier, P. A. & Weible, C. M. (Eds.). *Theories of the policy process*, Westview Press. (pp. 183-224).
- Melo, D. A. (2019). Práticas informacionais e a construção da competência crítica em Informação: um estudo na Bamidelê – Organização de Mulheres Negras da Paraíba. [Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba]. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Minayo, M. C. de S. (Org.) (2001). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.
- Salvador, A. D. (1986). *Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica*. Porto Alegre: Sulina.
- Sabatier, P. A. (1988). An advocacy coalition framework of policy change and the role of policy-oriented learning therein. *Policy Sciences*, 21(2-3), pp.129-168.
- Sabatier, P. A. & Jenkins-Smith, H. C. (1993). *Policy change and learning: An advocacy coalition approach*. Westview Press.
- Sabatier, P. A. & Weible, C. M. (2007). The Advocacy Coalition Framework. In: Sabatier, P. A. (Ed.). *Theories of the policy process*. Westview Press.

Saracevic, T. (1996). Ciência da informação: origem, evolução e relações. Perspectiva da Ciência da Informação, Belo Horizonte, 1(1), pp. 41-62.

Schneider, M. A. F. (2019). CCI/7: Competência crítica em informação (em 7 níveis) como dispositivo de combate à pós-verdade. In: Bezerra, A. C., Schneider, M., Pimenta, R. M. & Saldanha, G. S. iKritika: estudos críticos em informação. Garamond.

Viola, C. M. M. (2018). Informação, transparência e política: reflexões sobre a mulher brasileira na Câmara dos Deputados. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia). http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/981/1/Dissertação_MESTRADO_2018_Carla%20Maria%20Martellote%20Viola.pdf.

NOTA

¹ Denominação dada ao volume excessivo de informações, muitas delas imprecisas ou falsas (desinformação), sobre determinado assunto (como a pandemia, por exemplo), que se multiplicam e se propagam de forma rápida e incontrolável, o que dificulta o acesso a orientações e fontes confiáveis, causando confusão, desorientação e inúmeros prejuízos à vida das pessoas. Academia Brasileira de Letras. <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/infodemia>.